



E o Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (09/11) a Quarta-feira (14/11)

Manchetes

Estadão: Governo federal assume gestão do sistema prisional de Roraima

Justificando: Após visita ao Brasil, OEA mostra preocupação com a situação dos Direitos Humanos no país

O Globo: Com direito a prisão domiciliar por HC coletivo, 9.245 mulheres seguem no cárcere

UOL: Com mutirão e audiência de custódia, CNJ quer reduzir número de presos em 40%

Pastoral Carcerária: PMs mataram adolescentes já rendidos em favela de SP, aponta Ouvidoria das Polícias

Ponte: Anistia Internacional cobra investigação da operação que deixou cinco mortos na Maré

A Crítica: Brasil tem cerca de 22,6 mil adolescentes privados de liberdade, diz CNJ

Ponte: Corregedor quer que PMs justifiquem abordagem e revista de crianças em São Paulo

G1: MP do Amapá representa à PGR por inconstitucionalidade de cobrança de taxa pela Polícia Civil

Síntese das notícias

Governo federal assume gestão do sistema prisional de Roraima: O governo federal assinou, na última terça-feira (13), um acordo de cooperação para assumir provisoriamente a gestão do sistema prisional e socioeducativo de Roraima até o dia 31 de dezembro. A assinatura do documento ocorre cerca de uma semana após a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pedir intervenção federal no sistema prisional do Estado. Fonte: **Estadão**.

Após visitas, OEA mostra preocupação com situação dos direitos humanos no

Brasil: **Justificando** informa que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) apresentou na última segunda-feira (12) um relatório preliminar sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. A relatora da Comissão, Antônia Nogueira, expressou “profunda preocupação” com a situação dos direitos humanos no país, que será acompanhada de maneira prioritária pela entidade. O relatório preliminar da CIDH traz 71 recomendações às autoridades brasileiras. Entre as



questões que exigem solução urgente, segundo a Comissão, está o aumento no número de ataques sofridos por defensores de direitos humanos.

Com direito a prisão domiciliar, 9.245 mães continuam presas, diz Depen: O Globo informa que, apesar do Supremo Tribunal Federal (STF) ter concedido, em fevereiro deste ano, direito à prisão domiciliar a todas as mulheres presas preventivamente que estejam grávidas ou tenham filhos de até 12 anos, 9.245 ainda seguem detidas no Brasil. O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), ligado ao Ministério da Segurança Pública, finalizou em outubro levantamento com base em dados repassados pelos estados e o enviou à Corte na última semana. A resistência dos juízes de todo o país em aplicar a medida deverá levar o STF a analisar novamente a questão. Na avaliação do relator, o ministro Ricardo Lewandowski, trata-se de uma recusa injustificável por parte dos magistrados.

Com mutirão e audiência de custódia, CNJ quer reduzir número de presos em 40%: UOL noticia que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, quer implementar uma série de ações para diminuir a população prisional em até 40% na sua gestão, que se encerra em setembro de 2020. Ao priorizar a questão carcerária, Toffoli pretende fazer o cadastro biométrico de todos os detentos do País, retomar mutirões carcerários e fortalecer as audiências de custódia.

PMs mataram adolescentes já rendidos em favela de SP, aponta Ouvidoria das Polícias: A Ouvidoria das Polícias de São Paulo aponta que há “fortes indícios” de que policiais militares atiraram e mataram quatro adolescentes já rendidos na Favela do Areião, no Jaguaré, zona sul de São Paulo. Provas colhidas seriam contrárias a versão apresentada pelos PMs de que as vítimas teriam reagido e iniciado um confronto. De acordo com relatório assinado pelo ouvidor Benedito Mariano, os policiais usaram força desproporcional na ocorrência e atiraram nas vítimas já rendidas, impossibilitando qualquer reação. O caso aconteceu em 6 de outubro de 2018. Fonte: **Pastoral Carcerária.**

Anistia Internacional cobra investigação de ação que deixou 5 mortos na Maré (RJ): Ponte informa que a Anistia Internacional elaborou uma petição online para pressionar autoridades a investigar de forma pronta, imparcial e independente todos os possíveis



abusos cometidos durante a operação policial na favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, zona norte do Rio, na semana passada (6/11), que deixou cinco pessoas mortas. Além disso, o documento pede que operações policiais sejam proibidas de acontecer no período da noite, em horário escolar ou em momentos de maior circulação de pessoas e que as autoridades repudiem publicamente “o uso excessivo da força e execuções extrajudiciais por policiais, reforçando a importância da preservação da vida e, quando necessário, do uso progressivo da força durante operações”.

Brasil tem cerca de 22,6 mil adolescentes privados de liberdade, diz CNJ: A Crítica informa que uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concluiu que há cerca de 22.640 jovens privados de liberdade no Brasil. Destes, 3.921 são internos provisórios – ou seja sem condenação definitiva –, o que representa 17% do total. Atualmente, existem 461 estabelecimentos socioeducativos de privação de liberdade no país.

Corregedor quer que PMs justifiquem abordagem e revista de crianças em SP: A Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo quer que os policiais militares que abordaram e revistaram mochilas de crianças na região do Butantã, zona oeste de São Paulo, justifiquem a conduta. Em nota divulgada ontem, a PM, através da SSP (Secretaria da Segurança Pública), defendeu a ação com a justificativa de que “criminosos utilizam crianças para esconder armas e produtos de crime”. Além do órgão interno que apura eventuais falhas de conduta dos policiais, a Ouvidoria do estado instaurou procedimento para avaliar a ação porque, segundo o ouvidor Benedito Mariano, “há indícios de ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Informação: **Ponte**.

MP do Amapá representa à PGR por inconstitucionalidade de cobrança de taxa pela Polícia Civil: A denúncia de que uma delegada estaria cobrando valores mensais em espécie para garantir a atuação de segurança em estabelecimentos, bares e eventos no interior do Amapá, motivou o Ministério Público do Estado (MPAP) a questionar na Procuradoria Geral da República (PGR) a constitucionalidade de uma lei de 1997 que regulamenta uma taxa de serviços públicos onde o valor é direcionado à manutenção e equipamentos para a Polícia Civil. O pedido do MP foi formulado através de Representação de Inconstitucionalidade e questiona a legislação que dá o poder de cobrança e concessão à Polícia Civil. Fonte: **G1**.